Raúl Prebisch

O Manifesto Latino-Americano
e outros ensaios

ORGANIZAÇÃO E INTRODUÇÃO

Adolfo Gurrieri

PREFÁCIO

Ricardo Bielschowsky

TRADUÇÃO

Vera Ribeiro
Lisa Stuart
César Benjamin

CONTRAPONTO

Contraponto Editora Ltda.
Av. Franklin Roosevelt, 23 / 1405 – Centro
CEP 22021-120 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Telefax: (5521) 2544-0206 / 2215-6148
Site: www.contrapontoeditora.com.br
E-mail: contato@contrapontoeditora.com.br

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento
Av. República do Chile, 100 – subsolo 1, salas 15-17
CEP 20031-917 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel: (5521) 2172-6312 / 6313
Site: www.centrocelsofurtado.org.br
E-mail: centro@centrocelsofurtado.org.br

Patrocinadores

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Revisão técnica: Rosa Freire d'Aguiar Furtado
Revisão tipográfica: Tereza da Rocha
Projeto gráfico: Regina Ferraz
Diagramação: Traço Design

Tiragem: 2.000 exemplares

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P932m

Prebisch, Raúl, 1901-1986
O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios / Raúl Prebisch ; organização e introdução Adolfo Gurrieri ; prefácio Ricardo Bielschowsky ; tradução Vera Ribeiro, Lisa Stuart, César Benjamin. – Rio de Janeiro : Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
il.

Inclui bibliografia
Anexos
ISBN 978-85-7866-041-3

1. América Latina – Condições econômicas. 2. América Latina – Política econômica. I. Gurrieri, Adolfo. II. Título.

11-5844 CDD: 330.98
CDU: 338.1(8)

Sumário

Notas

1. Este não é o lugar para entrarmos em considerações teóricas, mas quero assinalar o conceito de "posições de equilíbrio" para traçar um paralelo com Keynes que julgo interessante, embora não creia que se deva empregar esse conceito estático para explicar a dinâmica do sistema.

2. Houve recentemente um aumento da atividade de consultoria técnica latino-americana, o que poderia oferecer a possibilidade de se adotarem técnicas mais adequadas à disponibilidade de fatores da região, se existisse a política definida a que o texto faz menção.

3. Ver Edwin N. Martin, *Development Assistance: Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, dezembro de 1969.

4. A esse respeito, ver o valioso trabalho de Jorge Sabato e Natalio Botana, *La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina.*

5. Ver Ricardo Cibotti e Óscar J. Bardeci, "Un enfoque crítico de la planificación en América Latina", estudo que será incorporado como anexo a este ensaio em outro volume.

6. O que é designado por "superestrutura" na linguagem de Marx.

A periferia latino-americana no sistema global do capitalismo*

I. A dinâmica dos centros

O desenvolvimento periférico é parte integrante do sistema mundial do capitalismo, mas se desenvolve em condições muito diferentes das dos centros, daí surgindo a especificidade do capitalismo periférico. A técnica tem nisso um papel primordial. Conforme ela se desenvolve nos centros, ocorrem mutações contínuas em sua estrutura social, bem como nos países periféricos. Quando essa mesma técnica penetra neles, com grande atraso, modificam-se de maneira correspondente as relações entre esses países e os centros. Ao longo dessas mutações contínuas, observam-se algumas constantes de grande significação. Mencionaremos as principais.

A dinâmica dos centros, embora tenha uma influência considerável no desenvolvimento periférico, é de alcance limitado, dada a natureza centrípeta do capitalismo. Na verdade, essa dinâmica só impulsiona o desenvolvimento periférico na medida em que ele diz respeito ao interesse dos grupos dominantes dos centros. A natureza centrípeta do capitalismo se manifesta com persistência nas relações entre os centros e a periferia. Nos primeiros origina-se o progresso técnico e neles tende a se concentrar o fruto da produtividade crescente que esse avanço traz consigo. Em favor da demanda cada vez maior que acompanha o aumento da produtividade, também se concentra neles a industrialização, instigada por inovações tecnológicas incessantes, que diversificam mais e mais a produção de bens e serviços.

Assim, no curso espontâneo do desenvolvimento, a periferia tende a ficar à margem desse processo de industrialização na evolução histórica do capitalismo. Mais que um desígnio de exclusão, esse fenômeno é consequência da atuação das leis do mercado no plano internacional. E mais tarde, quando a periferia se industrializa em consequência de crises internacionais, ela também tende a ficar excluída do volumoso intercâmbio industrial dos centros. A periferia teve que aprender a exportar produtos manufaturados, e o vem fazendo de maneira notável por seu pró-

* Primeira parte de *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981. Tradução de Vera Ribeiro.

prio esforço, uma vez que as empresas transnacionais contribuíram muito mais para a internacionalização das formas de consumo do que para a internacionalização da produção mediante o intercâmbio com os centros.

Assim se explica, em grande parte, a tendência imanente ao desequilíbrio externo que se apresentou e continua a se apresentar no desenvolvimento periférico. Procurou-se contrabalançar essa tendência, primeiro com a substituição de importações, depois com a exportação de produtos manufaturados.

Os centros estão muito longe de estimular as exportações de manufaturas da periferia mediante mudanças em sua estrutura produtiva. E, na medida em que suas portas não se abrem para essas exportações, eles obrigam a periferia a continuar a substituir importações. A substituição não corresponde a uma preferência doutrinária: é uma imposição da natureza centrípeta do capitalismo. Só que vem sendo realizada dentro de estreitos compartimentos nacionais de uma periferia fragmentada, em detrimento de sua economicidade e do vigor do desenvolvimento.

O interesse econômico dos grupos dominantes dos centros combina-se com interesses estratégicos, ideológicos e políticos que neles formam uma constelação de onde surgem fenômenos obstinados de dependência nas relações centro-periferia. Nessas relações articula-se o interesse econômico dos grupos dominantes dos centros com os dos países periféricos, e, no jogo dessas relações de poder, a superioridade técnica e econômica dos primeiros tem uma força poderosa. As mudanças estruturais que acompanham a evolução e a propagação da técnica têm grande importância. Na periferia, além da significação dessas mudanças em seu próprio movimento, elas trazem, no decorrer do tempo, algumas pressões perturbadoras quando as tendências conflitantes internas que caracterizam o desenvolvimento transbordam para os centros e neles suscitam a reação adversa da constelação hegemônica. Isso é uma demonstração flagrante dos fenômenos de dependência.

Continua a prevalecer nos centros, tal como na periferia, o interesse econômico dos grupos dominantes. Não se poderia negar sua eficácia no âmbito do mercado, tanto no plano nacional quanto no internacional. Mas o mercado, apesar de sua enorme importância econômica e política, não é nem poderia ser o regulador supremo do desenvolvimento da periferia e de suas relações com os centros. Isso fica muito claro na crise atual desses últimos. O mercado não conseguiu responder à ambivalência da técnica. Esta foi um fator imponderável de bem-estar material, mas também deixou transparecer a exploração irresponsável de recursos naturais esgotáveis e a impressionante deterioração da biosfera, afora outras consequências graves.

As leis do mercado tampouco resolveram as grandes falhas nas relações centro-periferia, muito menos as tendências excludentes e conflituosas do desenvolvimento periférico.

É preciso combinar as decisões individuais no mercado com decisões coletivas fora do mercado que se sobreponham ao interesse dos grupos dominantes. Nisso tudo, porém, é necessária uma grande visão, uma visão transformadora, tanto no desenvolvimento periférico quanto nas relações com os centros – uma visão inspirada em desígnios éticos de amplo alcance, nos quais se conjuguem previdentemente considerações econômicas, sociais e políticas.

II. A dinâmica interna do capitalismo periférico

A dinâmica dos centros não tende a penetrar profundamente na estrutura social da periferia; é uma dinâmica limitada. Em contraste com tudo isso, os centros propagam e irradiam na periferia suas técnicas, suas formas de consumo e de vida, suas instituições, ideias e ideologias. O capitalismo periférico se inspira cada vez mais nos centros e tende a se desenvolver à sua imagem e semelhança.

Esse desenvolvimento imitativo desdobra-se tardiamente numa estrutura social que apresenta disparidades significativas com a estrutura evoluída dos centros. A técnica penetra graças à acumulação de capital, tanto nos meios físicos quanto na formação humana. À medida que se desenvolve esse processo, operam-se mudanças contínuas na referida estrutura, que abarca uma série de estruturas parciais vinculadas entre si por estreitas relações de interdependência: as estruturas técnicas, produtivas e ocupacionais, a estrutura de poder e a estrutura distributiva. A análise dessas mutações é indispensável para elucidar a complexa dinâmica interna do capitalismo periférico.

1. Mutações estruturais, excedente e acumulação

A penetração da técnica vai incorporando camadas sucessivas de produtividade e eficácia crescentes, que se superpõem a camadas técnicas precedentes, de menor produtividade e eficácia, embora, no fundo dessa estrutura técnica, ainda costumem persistir camadas pré-capitalistas ou semicapitalistas. Essas mudanças na estrutura técnica são acompanhadas por mudanças na estrutura ocupacional, pois a força de trabalho se desloca continuamente das camadas de menor para as de maior produtividade. Entretanto, a estrutura da renda não evolui de maneira coe-

rente com as mudanças técnicas e ocupacionais. Assim, a grande massa da trabalho que se emprega com uma produtividade crescente não aumenta tivamente suas remunerações no jogo das forças de mercado.

Isso se explica pela concorrência regressiva da força de trabalho que se nas camadas técnicas de baixa produtividade, ou que está desempregada re-se apenas parte do fruto do progresso técnico a uma proporção limi mão de obra que, sobretudo por seu poder social, teve possibilidade de ad qualificações cada vez maiores exigidas pela técnica.

A parcela do fruto da produtividade crescente que não é transferida excedente, que é apropriado principalmente pelas camadas sociais superio concentram a maior parte do capital em bens físicos, bem como na posse Trata-se de um fenômeno estrutural. O excedente não tende a desapar diante uma queda dos preços proveniente da concorrência entre as em ainda que esta seja irrestrita –, mas é retido e circula entre elas. Trata-se de nômeno estrutural e dinâmico.

O crescimento da produção de artigos acabados, graças à acumulação de capital, exige que se aumente antecipadamente a produção em curso surgirão, algum tempo depois, os produtos finais. E, para isso, as empresas rendimentos crescentes, daí surgindo a demanda maior que, sem queda ços, absorve a oferta final aumentada pelo incremento da produtividade. estrutural do excedente vem somar-se, portanto, seu caráter dinâmico.

Na verdade, os rendimentos pagos dessa maneira nas etapas sucessivas cesso (inclusive o excedente), graças à geração de dinheiro, são muito su aos exigidos para que os preços não caiam. Isso se explica porque apen parte dessa renda se traduz de imediato numa demanda de produtos Outra parte desvia-se para a demanda de serviços, tanto no mercado qu órbita do Estado, circula por ali e retorna aos poucos à demanda de bens. Al rendimentos pagos aos fatores produtivos, as empresas adquirem bens im dos e, com isso, os países de onde estes provêm recuperam os rendiment pagaram em sua produção e o excedente correspondente. Com as expor ocorre o inverso.

Não há uma correspondência rigorosa entre a demanda e a oferta de bens os desajustes são corrigidos espontaneamente, ou o são pela intervenção prev te e corretiva da autoridade monetária, quando ainda não se desenvolveu a cidade de dividir o excedente.

A distribuição desigual da renda em favor das camadas superiores promo las a imitação das formas de consumo dos centros. A sociedade privilegia

consumo que assim se desenvolve representa um desperdício considerável do potencial de acumulação de capital.

Esse desperdício manifesta-se não apenas no volume do capital, mas também em sua composição. De fato, graças às técnicas que aumentam a produtividade e a renda e em estreita combinação com elas, empregam-se técnicas que diversificam incessantemente a produção de bens e serviços. Ao ocorrer essa mudança na estrutura produtiva, eleva-se, junto com outras formas de investimento, a proporção de capital não reprodutivo sem que aumente a produtividade nem se multiplique o emprego, em detrimento do capital reprodutivo necessário para impulsionar o desenvolvimento.

Esses fenômenos, inerentes à lógica interna do capitalismo dos centros, ocorrem prematuramente na periferia em função da grande desigualdade distributiva. A tudo isso, e também em prejuízo da acumulação, vêm somar-se os lucros exageradamente sugados pelos centros, especialmente por obra das empresas multinacionais, em virtude de sua superioridade técnica e econômica e do poder hegemônico dos centros.

Essa acumulação insuficiente e frustrada de capital reprodutivo, que se agrava pela tendência para a hipertrofia do Estado e o crescimento extraordinário da população, explica, primordialmente, por que o sistema não pode absorver com intensidade as camadas inferiores da estrutura social e fazer frente a outras manifestações de redundância da força de trabalho. Essa é a tendência excludente do sistema.

Na agricultura prevalecem as citadas camadas inferiores e, como a demanda de bens agrícolas quase não se diversifica, a mão de obra tende a se deslocar para outras atividades. Contudo, dada a insuficiência absorvente do sistema, dá-se um grave fenômeno de excesso de mão de obra que explica a deterioração relativa da remuneração da força de trabalho na agricultura.

Enquanto perdura essa insuficiência absorvente, o progresso técnico da agricultura não tem a virtude de elevar as remunerações e corrigir sua deterioração relativa. Tende, antes, a prejudicar a relação de preços, quando a produção ultrapassa a demanda. É essa a tendência que costuma se apresentar, principalmente nas exportações agrícolas, e que leva a frear a expansão delas, em prejuízo do desenvolvimento.

2. Mudanças na estrutura do poder e crise do sistema

Conforme a técnica vai penetrando na estrutura social, ocorrem mutações que se refletem na estrutura do poder. Ampliam-se as camadas intermediárias e, à medida que o processo de democratização avança, seu poder sindical e político se manifesta e se contrapõe cada vez mais ao poder econômico daqueles que, sobretudo nas camadas superiores, concentram a maior parte dos meios de produção. Do mesmo modo, é principalmente nessas camadas que se encontra a força de trabalho dotada de poder social. Essas relações de poder entre camadas superiores e intermediárias manifestam-se tanto na órbita do mercado quanto na do Estado. Com isso se desenvolve uma pressão cada vez maior para que se compartilhem os frutos do aumento de produtividade. E, à medida que essa partilha é conseguida, tende a se estender socialmente para baixo a imitação das formas de consumo dos centros, sobretudo nas camadas intermediárias. Mas o privilégio se concentra especialmente nas camadas superiores.

Essa dupla pressão se manifesta, em grande parte, através de um aumento da remuneração da força de trabalho, seja para melhorar sua participação no fruto da produtividade, seja para ela se ressarcir da incidência desfavorável de certos fatores, sobretudo dos encargos tributários que recaem sobre seus ombros, direta ou indiretamente, e com os quais o Estado enfrenta a tendência para o crescimento dessa força.

Os poderes burocrático e militar têm sua própria dinâmica no aparelho do Estado, apoiada principalmente no poder político das camadas intermediárias. E em favor dela realizam-se atividades estatais que vão além das considerações de economicidade, tanto no que concerne à quantidade e à diversificação de seus serviços quanto em termos da absorção espúria de mão de obra. Assim, o Estado, mediante o aumento do emprego e dos serviços sociais, procura corrigir a insuficiência absorvente do sistema e sua desigualdade distributiva, e isso é um fator importante em sua hipertrofia.

Expressando em poucas palavras o que foi dito, a distribuição do fruto da produtividade crescente do sistema resulta, fundamentalmente, do jogo mutável das relações de poder, sem excluir, é claro, as diferenças individuais de capacidade e dinamismo.

À medida que se fortalece o poder de compartilhamento da força de trabalho e que esta adquire a capacidade de se ressarcir dos encargos tributários e da incidência de outros fatores, a elevação das remunerações tende a superar a redução dos custos empresariais decorrentes dos sucessivos aumentos de produtividade. O excedente tem então que ser transferido para os preços, e a isso se seguem novos aumentos salariais, na conhecida espiral inflacionária. Nessas condições, para que a oferta possa ser absorvida, aumentada pelo custo maior, é indispensável que a demanda e a renda das camadas de onde ela provém cresçam correlativamente.

Quando a autoridade monetária resiste à criação de dinheiro que se faz necessária para evitar ou se opor à espiral, o crescimento da demanda torna-se insuficiente para enfrentar o da produção final. Assim, sobrevém a recessão econômica, fenômeno que se prolongará até que a autoridade mude de atitude e os preços possam subir de acordo com os custos maiores. A alta de preços permite que o excedente torne a subir, por novos aumentos de produtividade, mas apenas momentaneamente, pois a elevação posterior dos salários volta a reprimi-lo. Assim, a acumulação se ressente, com consequências negativas para o desenvolvimento, além dos transtornos trazidos pela exacerbação da disputa distributiva.

Note-se, porém, que esses fenômenos ocorrem quando, graças ao processo de democratização, o poder sindical e político da força de trabalho desenvolve-se cada vez mais, tanto na órbita do mercado quanto na do Estado, e os gastos deste se elevam mais e mais, por sua própria dinâmica. Nessas condições, a espiral torna-se inerente ao desenvolvimento periférico. E as regras convencionais do jogo monetário revelam-se impotentes para evitá-la ou eliminá-la. Essas regras têm grande validade quando o poder redistributivo (de compartilhamento e ressarcimento) não existe ou é muito incipiente. Isso ocorre quando o processo de democratização é muito fraco ou é travado ou manipulado pelos grupos dominantes, numa democracia aparente e não substantiva.

É essa a natureza da crise do sistema quando o jogo arbitrário das relações de poder ganha grande impulso. Esse fenômeno ocorre no curso avançado do desenvolvimento periférico. A crise do sistema pode postergar-se por um prazo mais ou menos longo, principalmente quando se dispõe de recursos abundantes, provenientes da exploração de uma riqueza natural não renovável.

O poder político das camadas superiores, que parecia ir declinando com o avanço democrático, irrompe novamente quando os transtornos provocados pela crise inflacionária trazem consigo a desordem econômica e a desintegração social. Sobrevém então o emprego da força, que permite quebrar o poder sindical e político das camadas desfavorecidas.

Se os que têm nas mãos o poderio militar não estão necessariamente sob o domínio do poder econômico e político das camadas superiores, cabe indagar por que intervêm para proteger a sociedade privilegiada de consumo. Certamente, há aí um jogo complexo de fatores. Mas a explicação fundamental está

em que, como as camadas superiores detêm a chave econômica desse sistema, ou seja, a capacidade de acumular capital, impõe-se deixar que elas atuem, no afã de restabelecer a regularidade do desenvolvimento. Mas é imenso o custo social, além do custo político.

Ocorre, de fato, a quebra do liberalismo democrático, ao mesmo tempo que costumam florescer as ideias do liberalismo econômico – um liberalismo falseado que, longe de trazer a disseminação dos frutos do desenvolvimento, consolida flagrantemente a desigualdade social.

Na periferia latino-americana, o liberalismo democrático ainda não conseguiu assentar-se solidamente. Conhecemos bem as suas vicissitudes, seus avanços promissores e seus dolorosos retrocessos. Mas o passado não seria capaz de explicar tudo; surgem elementos novos e complexos, à medida que se operam as transformações da estrutura social. E o emprego da força adquire uma significação diferente da que possuiu em outras épocas: a de trazer esse divórcio entre o bilateralismo democrático e o liberalismo econômico, apesar de haver surgido da mesma vertente filosófica.

3. O grande paradoxo do excedente

Das considerações anteriores depreendem-se conclusões muito importantes, talvez as mais importantes de nossa interpretação do capitalismo periférico. O excedente está sujeito a dois movimentos opostos. Por um lado, cresce através de aumentos sucessivos de produtividade; por outro, diminui pela pressão de compartilhamento proveniente da órbita do mercado e do Estado. O sistema funciona regularmente enquanto o excedente cresce de maneira contínua, como resultado desses dois movimentos. Graças a isso, as camadas superiores, que concentram a maior parte dos meios de produção, podem aumentar a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, seu consumo privilegiado. Têm nas mãos a chave dinâmica do sistema.

Essa condição essencial se realiza enquanto a partilha do excedente, tanto na órbita do mercado quanto na do Estado, no jogo das relações de poder, é feita à custa de incrementos sucessivos de produtividade. O excedente continua a aumentar, se bem que em ritmo decrescente. Mas a partilha não pode ultrapassar um limite além do qual o excedente começaria a diminuir. Nesse limite, no entanto, o excedente teria chegado à sua proporção mais alta em relação ao produto global. Por que a partilha não poderia continuar a melhorar, quando haveria grande margem para fazê-lo comprimindo o excedente?

Aí está o ponto vulnerável do regime de distribuição e acumulação, pois quando a pressão de compartilhamento supera o aumento de produtividade, a alta do custo dos bens leva as empresas a majorarem os preços.

Não há dúvida de que o excedente global permitiria uma partilha muito maior à custa de seu montante, porém não há nada no sistema que o leve a fazê-lo. É compreensível que as empresas retirem parte do excedente e o transfiram para a força de trabalho sem elevar os custos; essa seria uma participação direta no excedente. Mas o sistema não funciona assim. O aumento das remunerações, além do incremento da produtividade, eleva os custos, com as consequências já mencionadas.

Pois bem: nem toda pressão de compartilhamento manifesta-se numa alta dos salários. Como já foi dito, o Estado, no intuito de dividir o excedente, recorre a encargos que recaem sobre a força de trabalho e a levam a se ressarcir mediante salários maiores. Mas o Estado também tem a possibilidade de recorrer a impostos que tributem diretamente o excedente ou a renda dos grupos sociais das camadas superiores, que não têm a capacidade de se ressarcir. Esses impostos não se transferem para os custos, mas, se o seu montante reduz o excedente, debilita-se o ritmo de acumulação e crescimento, acentuando as tendências excludentes e conflituosas.

Por onde quer que o consideremos, esse problema não tem solução dentro do sistema, toda vez que se fortalece o poder de redistribuição no curso avançado do processo de democratização. Ou se cai na espiral inflacionária, quando o compartilhamento redunda no aumento dos custos de produção – o que, além do transtorno que a espiral traz consigo, vulnera a dinâmica do excedente –, ou se toma diretamente uma parte desse excedente, também com consequências dinâmicas adversas que, mais cedo ou mais tarde, terão que ser resolvidas com expedientes inflacionários. Por mais que pensemos, as regras do jogo do capitalismo periférico não permitem atacar suas duas grandes falhas – nem o seu sentido excludente, que só poderia ser corrigido por uma acumulação mais intensa de capital, à custa das camadas privilegiadas e dos lucros que são transferidos para os centros, nem o seu sentido conflituoso, que se acentua cada vez mais no jogo irrestrito das relações de poder.

Há nisso tudo um grande paradoxo. Quando o excedente aumenta até chegar a suas dimensões máximas e persiste a pressão de compartilhamento, o sistema reage procurando continuar a aumentar o excedente. E, para alcançar esse objetivo, recorre ao emprego da força. Mas o emprego da força não é solução; não existe outra solução senão a transformação do sistema.

4. Crise do sistema e emprego da força

Dada a índole do sistema, no curso avançado do desenvolvimento periférico e do processo de democratização, não é possível exorcizar a tendência para a crise. É que, na lógica interna do sistema, não há maneira duradoura de evitar que a pressão de compartilhamento prejudique o papel dinâmico do excedente e leve fatalmente à espiral inflacionária.

O restabelecimento da dinâmica do sistema, que se procura conseguir com o emprego da força, está sujeito a graves perturbações, nas quais costumam combinar-se algumas incoerências teóricas com incongruências práticas. Mas se o sistema for manejado com destreza, principalmente em condições externas favoráveis, será possível atingir altas taxas de acumulação e desenvolvimento, com notável prosperidade das camadas sociais favorecidas, se bem que à custa de uma forte compressão da renda de uma parcela considerável da força de trabalho.

Com isso, no entanto, ficamos muito longe de corrigir a fundo a natureza excludente e conflituosa do sistema. E, mais cedo ou mais tarde, ao ser retomado o processo de democratização, a pressão de compartilhamento tende a levar o sistema a um novo ciclo político, agravado pela deturpação sofrida pela estrutura produtiva para atender ao enaltecimento da sociedade privilegiada de consumo.

III. Por uma teoria da transformação

1. As duas opções transformadoras

O regime de acumulação e distribuição do fruto do progresso técnico não obedece a nenhum princípio regulador, do ponto de vista do interesse coletivo. Se a apropriação é arbitrária quando imperam as leis do mercado, a redistribuição também o é quando o poder político e sindical se contrapõe a essas leis. Por isso é imprescindível que o Estado regule o uso social do excedente, para aumentar o ritmo de acumulação e corrigir progressivamente as disparidades distributivas de caráter estrutural, distintas, em grande medida, das disparidades funcionais.

No fundo, só há duas formas de o Estado poder exercer sua ação reguladora: tomar em suas mãos a propriedade e a gestão dos meios de produção dos quais surge o excedente ou usar o excedente com racionalidade coletiva, sem concentrar a propriedade em suas mãos.

Trata-se de duas opções fundamentalmente diferentes, por sua significação política e econômica. Inclino-me pela segunda, em vista de duas considerações primordiais. Por um lado, porque as grandes falhas do sistema não se enraízam na propriedade privada em si, mas na apropriação privada do excedente e nas consequências nocivas da concentração dos meios de produção. Por outro, porque a primeira opção é incompatível com o conceito primordial de democracia e dos direitos humanos que lhe são inerentes, ao passo que a segunda possibilita a plena compatibilidade desse conceito, na teoria e na prática, com o vigor do desenvolvimento e a equidade distributiva.

2. A difusão do capital e a gestão autônoma

A transformação do sistema exige, inevitavelmente, acelerar o ritmo de acumulação do capital reprodutivo, sobretudo à custa do consumo das camadas superiores. O uso social do excedente permite fazê-lo disseminando a posse do capital para a força de trabalho, graças ao excedente das grandes empresas que concentram a maior parte dos meios de produção. Nas demais empresas, a maior acumulação se faria pelos próprios donos, mas, à medida que se subisse na escala de capital, uma proporção crescente teria de caber à força de trabalho, para evitar a concentração.

A mudança na composição social do capital, que assim iria acontecendo nas grandes empresas, teria de ser acompanhada pela participação progressiva do capital, até chegar à gestão autônoma. Alguns princípios desse tipo de gestão também poderiam ser adotados nas empresas estatais em condições especiais que justificassem essa medida.

Essas orientações dizem respeito a países que chegaram a fases avançadas de seu desenvolvimento; em fases menos avançadas, o uso social do excedente pode assumir formas distintas. De qualquer modo, em ambos os casos seria preciso estabelecer incentivos adequados para que essas transformações pudessem ocorrer sem grandes transtornos. Esta última preocupação pode levar a soluções intermediárias, uma das quais consistiria em promover a maior acumulação, inclusive nas grandes empresas, nas mesmas mãos em que ela se dá atualmente, acompanhada de medidas de redistribuição de uma parte do excedente.

3. O mercado e o planejamento

No novo sistema, todas as empresas, qualquer que fosse sua natureza, poderiam desenvolver-se livremente no mercado, de acordo com certas condições básicas de caráter impessoal estabelecidas pela ação reguladora do Estado, tanto no que concerne ao uso social do excedente quanto com respeito a outras responsabilidades dele. Essa ação reguladora tem que atingir objetivos que o mercado não pode alcançar por si, mas que lhe permitam obter grande eficácia econômica, social e ecológica.

Os critérios que norteiam a ação reguladora do Estado devem ser estabelecidos por meio do planejamento democrático. Planejamento significa racionalidade coletiva, e essa racionalidade exige que o excedente se destine a acumular e redistribuir, bem como a gastos e investimentos do Estado. A acumulação e a redistribuição estão estreitamente unidas, pois, ao ser absorvida com produtividade crescente a mão de obra das camadas inferiores, assim como a que o sistema emprega informalmente, haveria uma melhora progressiva da produtividade e da renda. Essa é uma redistribuição dinâmica, acompanhada de outras formas diretas de melhora social, em resposta a necessidades prementes.

O planejamento exige uma tarefa técnica da maior importância que não pode ser executada sem um alto grau de autonomia funcional; mas trata-se de uma tarefa técnica, não tecnocrática, uma vez que tem que se subordinar a decisões políticas democraticamente tomadas. Tudo isso exige também transformações constitucionais nos mecanismos do Estado e novas regras do jogo que assegurem tanto a estabilidade no uso social do excedente quanto a flexibilidade para reagir a mudanças importantes na realidade.

4. Síntese de socialismo e liberalismo e estrutura do poder

A opção transformadora que se esboça nestas páginas representa uma síntese entre socialismo e liberalismo – socialismo na medida em que serão matéria de decisão coletiva o ritmo da acumulação e a correção das disparidades estruturais na distribuição da renda; e liberalismo na medida em que a destinação do capital para atender à demanda se realizará livremente no mercado, de acordo com decisões individuais. É a liberdade econômica, estreitamente unida à liberdade política em sua versão filosófica original.

Esta opção, assim como a que concentra a propriedade e a regulação no Estado, requer mudanças muito importantes na estrutura do poder político. No curso das

transformações da estrutura social, contrapõe-se ao poder das camadas superiores o poder redistributivo das camadas intermediárias e, eventualmente, das inferiores. Mas esse poder redistributivo acaba por se chocar com o primeiro na dinâmica do sistema. Entretanto, a crise do sistema abre caminho para sua transformação, pois se torna possível reduzir o poder das camadas superiores.

Essas mudanças na estrutura do poder não poderiam transpor os limites da periferia, pois as relações de poder entre ela e os centros, sob a hegemonia destes, sobretudo do principal centro dinâmico do capitalismo, não poderiam transformar-se a fundo unicamente pela ação periférica. O poder dos centros é considerável e, além disso, carece de senso de antevisão, como vêm demonstrando os graves transtornos da biosfera. Talvez eles tenham a virtude, como já aconteceu nas grandes crises da história, de convencer os centros da necessidade de um grande sentido de previsão em suas relações com a periferia, e também de um grande senso de contenção de seu próprio poder. Eu me inclino a pensar que, se tal senso houvesse existido no centro dinâmico principal do capitalismo, talvez se houvesse evitado a desordem monetária internacional.

Desfez-se o mito da expansão planetária do capitalismo, assim como o do desenvolvimento da periferia à imagem e semelhança dos centros. Também se está desfazendo o mito da virtude reguladora das leis do mercado.

São necessárias grandes transformações, mas é preciso saber para quê, como e para quem se transforma. Também é necessária uma teoria da transformação. Estas páginas, inspiradas por uma grande necessidade de controvérsia e esclarecimento, se propõem contribuir para a formulação dessa teoria.